CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dino diz que investigação alude a Mario Frias como liderança em 'suposta arquitetura criminosa'

Decisão do ministro do STF cita movimentações financeiras atribuídas ao deputado

Fonte original: Veja. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Veja (veja.abril.com.br)
Autor	VEJA
Data de publicação	13/09/2026 11:55
URL original	https://veja.abril.com.br/politica/dino-diz-que-investigacao-alude-a-mario-frias-como-lideranca-em-suposta-arquitetura-criminosa/
Relevância	Média · Investigação e Justiça · Notícia
Pessoas citadas	Mário Frias, Flávio Dino
Organizações	Polícia Federal, Complexsys, Supremo Tribunal Federal, Prefeitura de São Paulo, Instituto Conservação Brasil, Associação Nacional de Cultura
Data da coleta	29/09/2026 10:06
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 11:06
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Entre os elementos citados estão movimentações financeiras envolvendo a empresa Complexsys, o Instituto Conservação Brasil (ICB), a Associação Nacional de Cultura (ANC) e Mario Frias.

• Para a investigação, a circulação de recursos entre o parlamentar, empresas e entidades "não se compatibiliza com relações negociais independentes e economicamente justificadas".O que os investigadores apontam sobre as movimentações?Segundo a representação policial reproduzida por Dino, a Complexsys, contratada pelo ICB para executar projetos custeados com recursos públicos, teria recebido transferências diretamente realizadas pelo parlamentar e, ao mesmo tempo, efetuado devoluções financeiras ao instituto.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Veja

RESUMO

O deputado federal Mario Frias é apontado na decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), como personagem central de uma investigação sobre um suposto esquema de desvio e ocultação de recursos públicos. O ministro ressalva que as conclusões sobre Frias estão, neste momento, no campo das hipóteses investigativas.Por que Mario Frias entrou no radar da investigação?A decisão reproduz os argumentos apresentados pela Polícia Federal para sustentar que diferentes apurações estariam relacionadas.

O deputado federal Mario Frias é apontado na decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), como personagem central de uma investigação sobre um suposto esquema de desvio e ocultação de recursos públicos. Ao determinar o levantamento do sigilo de material encaminhado pela Justiça de São Paulo sobre a produtora Go Up, do filme Dark Horse, sobre Jair Bolsonaro, Dino afirma haver “indícios de que se cuida de um só sistema delitivo”, envolvendo emendas parlamentares federais e recursos relacionados à Prefeitura de São Paulo. O ministro ressalva que as conclusões sobre Frias estão, neste momento, no campo das hipóteses investigativas.Por que Mario Frias entrou no radar da investigação?A decisão reproduz os argumentos apresentados pela Polícia Federal para sustentar que diferentes apurações estariam relacionadas. Entre os elementos citados estão movimentações financeiras envolvendo a empresa Complexsys, o Instituto Conservação Brasil (ICB), a Associação Nacional de Cultura (ANC) e Mario Frias. Para a investigação, a circulação de recursos entre o parlamentar, empresas e entidades “não se compatibiliza com relações negociais independentes e economicamente justificadas”.O que os investigadores apontam sobre as movimentações?Segundo a representação policial reproduzida por Dino, a Complexsys, contratada pelo ICB para executar projetos custeados com recursos públicos, teria recebido transferências diretamente realizadas pelo parlamentar e, ao mesmo tempo, efetuado devoluções financeiras ao instituto. A empresa também teria repassado valores à ANC. Na avaliação dos investigadores, o conjunto indicaria um “circuito financeiro fechado”, característico, em tese, de estruturas destinadas à “circulação, fragmentação e reintrodução de valores entre integrantes de um mesmo núcleo de atuação”.O que a decisão diz sobre a empresa Go Up?Outro trecho destacado no despacho trata de transferências realizadas por Mario Frias para a empresa Go Up.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

De acordo com os registros financeiros mencionados na investigação, os valores seriam “materialmente incompatíveis” tanto com os rendimentos declarados pelo parlamentar quanto com os créditos identificados em suas contas bancárias comunicadas. Esse elemento é usado pela Polícia Federal para sustentar que Frias não seria apenas um autor de emendas cujos recursos teriam sido posteriormente desviados por terceiros.Por que a investigação considera Frias um participante ativo?A representação policial afirma que as movimentações atribuídas ao deputado fazem com que ele “transcenda a condição de mero autor de emendas parlamentares posteriormente desviadas por terceiros”. Segundo a investigação, Frias passaria a ser considerado “participante ativo da engrenagem financeira sob investigação”, por realizar operações apontadas como incompatíveis com sua capacidade econômica conhecida e manter relações patrimoniais com integrantes do núcleo investigado.Qual papel é atribuído ao deputado no suposto esquema?Na decisão, Dino afirma que há “alusão reiterada, no itinerário delituoso, a um deputado federal, o Sr. Mario Frias”. Ao analisar o material recebido da Justiça paulista, o ministro diz que Frias, “no terreno hipotético da investigação”, ocuparia “um papel de liderança na suposta arquitetura criminosa”.O que a investigação diz sobre o suposto esquema?A Polícia Federal sustenta, segundo o despacho, que os elementos reunidos apontariam para “uma única organização criminosa, estruturada para captar, disseminar e ocultar recursos provenientes de verbas públicas”. Para os investigadores, a separação entre os procedimentos teria ocorrido apenas porque os fatos foram inicialmente identificados a partir de diferentes pontos de observação. Dino afirma que há “fortes indícios de uma única organização criminosa” e que a conexão entre as apurações seria “manifesta”.Onde entra o PCC nessa apuração?Dino também registra que os autos fazem menção a “atos interligados até com a facção criminosa PCC”. Para o ministro, essa possível conexão “pode significar uma dimensão interestadual” dos fatos e recomendaria a atuação da Polícia Federal. A referência aparece na decisão como parte da linha investigativa descrita nos autos, sem que o despacho apresente uma conclusão definitiva sobre a participação do deputado ou de qualquer outro investigado em crimes relacionados à facção.Por que o caso passou à supervisão do STF?A presença de Mario Frias, deputado federal, é um dos fundamentos para a atração da investigação ao Supremo. Dino afirma que, diante de “indícios concretos de participação de Deputado Federal nos fatos investigados”, o conjunto probatório deveria ser submetido à supervisão do STF. O ministro também sustenta que a reunião das apurações permitiria evitar “visões parciais acerca de uma mesma estrutura criminosa” e reduziria o risco de duplicidade de diligên

HISTÓRICO
v1 · 29/09/2026 10:06 · como foi encontrada · página SHA-256 625fa8b13f04c3b1c31a…
05/10/2026 00:05 · Voltou ao ar (HTTP 200)
04/10/2026 20:36 · Acesso passou a ser bloqueado (HTTP 403)

STF | Supremo Tribunal Federal - STF | flávio dino | mário frias

Fonte original: https://veja.abril.com.br/politica/dino-diz-que-investigacao-alude-a-mario-frias-como-lideranca-em-suposta-arquitetura-criminosa/ · Coletado em 29/09/2026 10:06 · Gerado em 27/11/2026 23:55

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.